



Manifesto das mulheres da Amazônia

No Dia Internacional da Mulher, as mulheres da REPAM (Rede Eclesial Pan-Amazônica) e da CEAMA (Conferência Eclesial da Amazônia) se unem em solidariedade a todas as mulheres do mundo para celebrar nossas conquistas, reafirmar nosso compromisso com a igualdade de gênero e a justiça social, inspiradas no exemplo de amor e misericórdia de Jesus. E refletir sobre os desafios que ainda enfrentamos, manifestando nossa dor por nossa Igreja afônica, com medo de abraçar e atualizar o Concílio Vaticano II, de responder à mensagem libertadora de Aparecida, segundo a experiência eclesial do Continente, temerosa do diferente que não reconhece, não valoriza e não destaca:

Reconhecer o compromisso desta ação, que se materializa na presença, obras e serviço das mulheres – congregações religiosas femininas e grupos de leigas – na região Pan-Amazônica em atividades pastorais, catequese, pastoral social, missões, voluntariado e formação.

Que a presença das mulheres é significativa é imperativa. Que a sua ministerialidade, liderança e protagonismo sejam amplamente reconhecidos. Em nossa Igreja de hoje, queremos ter acesso a funções e serviços eclesiais que “implicam estabilidade, reconhecimento público e mandato do bispo” (Qam, 103). E não apenas de forma passiva, sem voz ou voto nas estruturas eclesiais de decisão, como nos conselhos paroquiais e diocesanos, sem o reconhecimento da ministerialidade que Jesus reservou às mulheres, e sem acesso à diaconia.

As mulheres continuam a ser desfavorecidas, apesar da sua grande participação na vida e no serviço pastoral. As mulheres continuam a viver num contexto violento de machismo, autoritarismo, clericalismo, marginalização, invisibilidade e exclusão, problemas que não permitem avançar na comunhão e na sinodalidade.

Recordamos vivamente que promover um tratamento digno e justo às mulheres na Igreja não é uma questão de sensibilidade feminista, mas a procura de uma melhor resposta às exigências do Evangelho e o desejo sincero de contribuir para que nossa Mãe Igreja responda às necessidades concretas da sociedade e às suas exigências atuais.

A assembleia continental e os processos de escuta sinodal são um apelo a uma reflexão mais profunda sobre a plena participação das mulheres nas diferentes instâncias eclesiais, a aceitar a realidade das falhas relacionais entre os diferentes sujeitos eclesiais (especialmente entre homens e mulheres), que são também falhas estruturais que afetam a vida das mulheres e de toda a Igreja.



Por justiça e dignidade, exigimos hoje um papel diferente em nossa Igreja. É uma exigência antiga que requer ir além das meras afirmações de uma Igreja sinodal e em saída. Precisamos que a nossa voz tenha força vinculativa e promova a erradicação de todas as formas de autoritarismo, discriminação e exclusão das mulheres na Igreja e na sociedade.

Que a nossa Igreja faça mudanças nas suas estruturas e procedimentos para criar espaços onde a dignidade batismal comum, a igualdade e a corresponsabilidade na missão sejam não só afirmadas, mas exercidas e praticadas.

Escutem e ponham em prática o que o Espírito está a clamar e chamar nos diferentes processos de discernimento, porque já há clareza sobre os desafios pastorais a enfrentar, se quisermos falar de justiça, igualdade e respeito irrestrito pelos direitos humanos das mulheres na vida da Igreja: erradicar a justificação de hierarquias de poder de uns sobre outros e enfrentar o clericalismo.

Nos dói muito que este sistema sexista, conservador e clericalista ainda se mantenha, com poucas oportunidades para as mulheres numa Igreja dominada por homens. Nos dói que em muitos espaços eclesiais exista uma *“teologia patriarcal de subordinação, controle e dominação de pessoas, grupos e comunidades em relação a valores como o estatuto social, a raça, o gênero e a religião”*.

Nos dói também o silêncio perante a grave situação de violação dos direitos das mulheres, a discriminação de gênero, a violência sexista, a diferença salarial, a falta de representação das nossas mulheres dirigentes, o aumento dos feminicídios, das ameaças, assédios e assassinatos de mulheres defensoras dos direitos humanos e do ambiente. Diante da exploração e do abuso moral e sexual, dos riscos sociais causados pela implantação de grandes projetos de infraestrutura, da exploração dos recursos naturais por grupos econômicos e políticos, do avanço do narcotráfico e da falta de políticas básicas que garantam os direitos inalienáveis das mulheres e seus territórios na Amazônia, pedimos às autoridades civis um maior compromisso com a defesa da vida das mulheres, gestoras da vida da humanidade.

O Espírito nos chama à conversão, porque chegou o momento de dar passos concretos para renovar e reformar os nossos procedimentos, disposições institucionais e estruturais, de modo a permitir a participação plena e ativa das mulheres ministras nos processos de governança e de tomada de decisões, dando-lhes voz e voto nos órgãos de decisão da Igreja.



Somos, portanto, encorajadas a pedir uma mudança radical, que é essencial se quisermos alcançar a sinodalidade. A Igreja na Amazônia quer alargar os espaços para uma presença eclesial feminina mais incisiva. A 2ª Assembleia para o Sínodo sobre a Sinodalidade é mais uma oportunidade para que ninguém seja excluído!

Manaus-AM, 08 de março de 2024

Núcleo de Mulheres e Amazônia

Núcleo de Mulheres da CEAMA